



Organización No Gubernamental con estatuto consultivo ante el ECOSOC y representación permanente ante la ONU de Nueva York y Ginebra

DECLARAÇÃO DA AAJ EM SOLIDARIEDADE AO DR. EUGENIO RAÚL ZAFFARONI

O presidente argentino, vários de seus ministros e funcionários e legisladores da aliança governante exigiram a renúncia do Dr. Eugenio Raúl Zaffaroni, Presidente da Rama Argentina da nossa Associação, como magistrado da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ou sua remoção, por haver expressado publicamente, referindo-se aos integrantes do Poder Executivo, "*Yo quisiera que se fueran lo antes posible, porque así harían menos daño*", frase a que adjudicam propósito desestabilizador e golpista. Essa exigência foi acompanhada por uma intensa campanha pelos meios de comunicação hegemônicos, por uma denúncia penal efetuada por um irresponsável denunciador serial e a afirmação do Presidente do Colégio de Advogados da Cidade de Buenos Aires, que esse desejo do Dr. Zaffaroni "*es una declaración antidemocrática, contraria a la Constitución y desestabilizadora*". Essa entidade privada de ao redor de 1000 membros – em torno de 1 por cento dos advogados da Cidade de Buenos Aires - une os integrantes dos grandes escritórios assessores da oligarquia do agronegócio, o capital financeiro e as empresas estrangeiras, que apoiaram todos os golpes de estado e ainda hoje dão suporte aos responsáveis pela usurpação do poder e os crimes de lesa humanidade de terrorismo de estado. Resulta insólito que, nesta ocasião, pretendam apresentar-se como guardiães da democracia.

Ante essa campanha a Associação Americana de Juristas manifesta que:

1. O parágrafo de autoria do Dr. Zaffaroni foi retirado do contexto, pois qualquer leitor do conjunto de suas declarações observará que várias vezes alerta sobre a necessidade de evitar a violência no reclamo social, já que as vítimas sempre são os setores populares, e que o sentido de sua expressão é o de uma honesta opinião política, isenta da hipocrisia daqueles que, sustentando serem opositores, dizem desejar o êxito do governo, quando este, em seus dois anos de mandato, implementou um programa claramente benéfico para o grande capital em prejuízo dos trabalhadores, da classe média e as pequenas e médias empresas nacionais. Por isso, de boa-fé, o desejo do Dr. Zaffaroni só se pode interpretar como o de terminar, pelas vias legais e não as de um golpe de estado, com essa política que é violadora dos direitos e garantias constitucionais e dos compromissos eleitorais da aliança governamental com seus próprios eleitores.
2. A independência e imparcialidade dos juízes e das juízas não implica que careçam de opinião política, - em grego se denomina "idiota" a quem não se interessa pela coisa pública y por tanto, não poderia ser juiz -, sem que não atuem respondendo a ordens, compromissos ou interesses partidários. Uma condição essencial para sua designação é o conhecimento público de sua posição política, concordante com os princípios fundamentais dos tratados internacionais de direitos humanos.
3. Assim acaba de reafirmar, em seu discurso inaugural de este ano, o Presidente da Corte Interamericana, destacando os desafios que nosso continente enfrenta em

matéria de direitos humanos, e fez uma memória histórica do impacto da Corte em seus 40 anos de existência: *“Pobreza, desigualdad, inequidad y exclusión social son los muros invisibles que separan a nuestra sociedad. Estos son los verdaderos muros que tenemos que derribar para alcanzar el desarrollo, la democracia y la paz”*, expressou. Enfatizou que o papel de um tribunal internacional, junto com seus pares nacionais, *“es dar respuestas concretas para afrontar estos retos y problemáticas, siempre teniendo en cuenta la dignidad humana”*. Nessa linha se situa a atuação do Dr. Zaffaroni, como integrante da Corte. Não foi impugnado por falta de independência ou imparcialidade, na decisão de nenhuma causa.

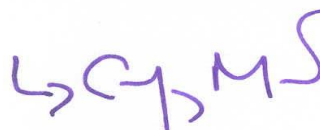
4. É oportuno recordar que o Dr. Zaffaroni foi designado magistrado da Corte Suprema Argentina com o apoio de todos os organismos de direitos humanos, que entenderam que foi juiz **durante e não da** ditadura cívico militar genocida, já que não existe denúncia alguma que o comprometa como complacente com os crimes de terrorismo de estado.
5. O Dr. Zaffaroni é um jurista de primeiro nível na ordem internacional, quiçá o maior especialista em direito penal do continente americano, e reconhecido como um dos mais importantes no mundo, com uma clara definição humanista e anticolonialista.

Por tudo isso, solidariza-se a AAJ com o Dr. Zaffaroni e convoca a todas as organizações de direitos humanos e as entidades que agrupam juízes, servidores do Ministério Público, advogados e professores de direito, a pronunciarem-se em seu apoio.

Em 12 de fevereiro de 2018.



Vanessa Ramos
Presidenta AAJ Continental
(VRamos1565@aol.com)



Luis Carlos Moro
Secretario General
(luiscarlos@moro-scalamandre.net)



~~Beinusz Szmukler~~
Presidente del Consejo Consultivo de la AAJ
(aajargentina@yahoo.com.ar)